

Congresso Nacional

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Lexor - Sistemas de Leis Orçamentárias

PLN 2/2025 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026

Relatório de espelho de Emendas

TIPO AUTOR	EMENDA
Comissão	
PAGNITA	

EMENTA

SLD 46/2025 - Dep. Rosangela Moro - Texto - Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXVII

TIPO DA EMENDA ADIÇÃO REFERÊNCIA

Aditiva Depois Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXVII

TEXTO PROPOSTO

Inclua-se no art. 12 do PLDO para 2026 o seguinte inciso:

"Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária de 2026, a respectiva Lei e os créditos adicionais discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a:

XXVIII – atendimento dos testes e exames a serem disponibilizados no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) de que trata a Lei n^{o} 14.154, de 26 de maio de 2021;"

JUSTIFICATIVA

A proposta de inclusão de dispositivo no art. 12 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 tem por objetivo assegurar transparência e previsibilidade na alocação de recursos destinados ao Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), conforme disciplinado pela Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021. A medida busca garantir que os testes e exames previstos em lei sejam contemplados em categorias de programação específicas, permitindo o devido acompanhamento pela sociedade, pelo Congresso Nacional e pelos órgãos de controle.

Nos últimos anos, o Ministério da Saúde não avançou de forma significativa na estruturação do PNTN. Entre 2021 e 2024, houve a ampliação do teto MAC dos estados em R\$ 22,3 milhões para inserção do procedimento de detecção da toxoplasmose congênita, um marco para a política de saúde pública voltada à primeira infância. Ademais, encontra-se em fase final de publicação a Portaria de Reestruturação do Programa, pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), a qual prevê novos incentivos de custeio para os serviços de referência e para a logística de amostras do teste do pezinho, cuja responsabilidade de financiamento passará a ser assumida pela União.

Também está em discussão, no âmbito da elaboração da LOA/2026, a inclusão do procedimento de espectrometria de massas na Tabela SUS, tecnologia essencial para ampliar a acurácia e o alcance dos exames realizados pelo Programa. Trata-se de inovação que permitirá o diagnóstico precoce de doenças metabólicas complexas, evitando sequelas irreversíveis e reduzindo custos futuros ao sistema de saúde.

No campo da pesquisa, destaca-se a chamada pública CNPq/DECIT/SECTICS/MS nº 32/2024, que contempla projetos voltados às doenças rastreadas pelo teste do pezinho, entre as quais fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, hemoglobinopatias, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase. Tal iniciativa evidencia a prioridade estratégica atribuída pelo Governo Federal à triagem neonatal, reforçando a necessidade de compatibilização orçamentária para que as políticas de fomento científico caminhem em sintonia com a execução dos serviços de saúde.

Ao prever a discriminação específica das dotações orçamentárias para o PNTN, esta emenda fortalece a governança, evita contingenciamentos indevidos e assegura que os avanços normativos e científicos se traduzam, de fato, em serviços efetivos para as crianças brasileiras. A medida possui elevado impacto social, pois o diagnóstico precoce de doenças raras e metabólicas significa não apenas salvar vidas, mas também reduzir drasticamente custos futuros com tratamentos de alta complexidade, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

AUTOR DA EMENDA	TIPO AUTOR
5041 - Com. da Saúde	Comissão Câmara dos Deputados
Assinatura:	Credenciado:

Emissão: 19/08/2025 às 14:39:50h (Proposta inicial do Executivo) (LX020.01) Página 1 de 1